

REQUERIMENTO

Persiste a crise no subsector da produção de carne de bovino nos Açores.

O preço da carne não pára de descer ao Produtor. Desde Janeiro de 2007 que está em queda.

Estamos perante uma crise sem precedentes, nem mesmo os anos das “vacas loucas” foram tão negativos para o rendimento dos Produtores de carne de bovino.

A encruzilhada destes dos Produtores é visível. Sem escoamento, com o preço do quilo da carne a descer e sem possibilidades de recurso aos fertilizantes, atendendo ao seu elevado preço, encontram-se num “beco sem saída”.

Compreenda-se que toda a actividade pecuária da Região depende, também, da produção de carne, pois são os Produtores de carne que compram os bovinos dispensáveis nas explorações de leite contribuindo para os rendimentos dos produtores de leite.

Todavia, os negócios não se fazem. Nos principais mercados de gado, ninguém compra vitelos e as explorações de leite estão a ficar sobrelotadas com bovinos.

Nos mercados de gado que existem semanalmente, na Ilha de São Miguel e na Terceira, nota-se uma quebra do interesse dos produtores de carne na compra de vitelos.

Situação que para além de acarretar mais custos na alimentação e na mão-de-obra, pode implicar níveis elevados de encabeçamento nas explorações pondo em risco o pagamento dos apoios comunitários.

Por outro lado este é um subsector de complementaridade económica de muitas famílias Açorianas.

A crise não é circunscrita ao subsector da carne, pelo contrário provoca um “efeito dominó” sobre toda a actividade pecuária.

Verificamos que não existem medidas tendentes a solidificar delineamentos de comercialização de carnes de bovino que possibilitem um desejável encurtamento da fileira, de modo a que esta possa tornar-se crescentemente competitiva, com o produtor mais próximo do consumidor.

Falta estratégia e acompanhamento.

É escasso o apoio à investigação científica, não existe a extensão rural e falta perceber-se os preços.

Falta, identicamente, visibilidade para o consumidor, mesmo para o consumidor Açoriano, isto é, estão ausentes campanhas de

promoção qualitativas da carne qualificada, justificadas pela pesquisa científica. Existe uma diferença na carne produzida nos Açores de ordem intrínseca que deve ser relacionada com a saúde humana.

As crises podem-se prever para, atempadamente, combater-las, mas não existem estudos de previsibilidade. Parece que o Governo senta-se à espera dos desastres, não possui visão de adaptabilidade.

Em paralelo, à subida dos concentrados subiram, recentemente, os preços do gasóleo, da mão-de-obra, dos fertilizantes, dos medicamentos veterinários e dos produtos de higiene.

Afirmam os Produtores que a redução de rendimentos, mesmo na emergente produção de carne qualificada (Carne dos Açores – IGP) é evidente, pelo crescimento dos factores de produção e a diminuição das receitas.

Por outro lado desconhece-se a quantidade de carne de bovino que entra no mercado Açoriano e qual a sua procedência.

Segundo os Produtores as medidas comunitárias em matéria de segurança alimentar, meio ambiente e bem-estar animal, elevam consideravelmente os custos de produção, não podendo ser competitivos com outras carnes que não cumprem minimamente estes requisitos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam os seguintes esclarecimentos:

1. Qual a quantidade de carne de bovino que foi importada, de países terceiros, para o mercado Açoriano referente aos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e até ao momento?
2. Qual a sua proveniência?
3. Esta carne de bovino cumpre todos os requisitos em matéria de legislação comunitária?
4. Que tipo de peças de talho carne de bovino são importadas?
5. Pretende o Governo promover internamente os benefícios do consumo de carne de bovino produzido na Região?

Os Deputados



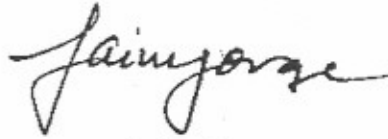
António Ventura



Clélio Meneses



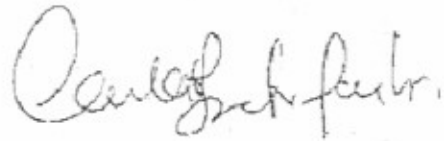
Pedro Gomes



Jaime Jorge



Mark Marques



Carla Bretão



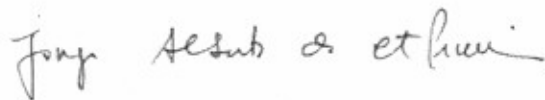
António Gonçalves



Luís Henrique Silva



Sérgio Ferreira



Jorge Costa Pereira



José Manuel Nunes

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	2589 Proc. Nº 54-03.00
Data:	08/07/18 Nº 383, VIII